

FALA NO EVENTO

UMA DÉCADA DE PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE NO BRASIL:A CONTRIBUIÇÃO DA OIT

Laís Abramo, 31/3/2015

1. Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer a presença de todos e todas neste evento:
 - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias
 - Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Teresa Campello
 - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci
 - Ministra de Estado da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, Nilma Lino Gomes
 - Dra Ela Wiecko, Subprocuradora Geral da República
 - Dr. Luiz Antonio Camargo, Procurador Geral do Trabalho
 - Antonio Lisboa, representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da OIT, em nome de quem cumprimento todos os representantes sindicais aqui presentes
 - Rafael Kieckbusch, Especialista de Políticas da Confederação Nacional da Indústria, nesta ocasião representando Alexandre Furlan, representante dos empregadores no Conselho de Administração da OIT, em nome de quem cumprimento todos os representantes das organizações de empregadores aqui presentes
 - Meus colegas Jorge Chediek, coordenador residente do Sistema ONU no Brasil, Felix, nesta ocasião representando Joaquim Molina, Diretor da OPAS, que gentilmente nos hospeda nesta tarde e todos os/as representantes das agências do Sistema ONU aqui presentes
 - Embaixadores, embaixadoras e representantes do corpo diplomático
 - Amigos e amigas

2. Além da presença, gostaria de agradecer a parceria – construída a cada passo e em muitas e variadas circunstâncias ao longo desses anos - assim como a confiança depositada na OIT;

3. Gostaria de agradecer também a confiança dos Diretores Gerais da OIT (Juan Somavia e Guy Rider) e dos Diretores Regionais para as Américas (Daniel Martinez, Jean Maninat e Elizabeth Tinoco) por terem me designado e apoiado nessa complexa e honrosa tarefa de dirigir o Escritório da OIT no Brasil nesse período;

4. Faço questão de expressar uma profunda gratidão a todos e cada um dos colegas do Escritório da OIT no Brasil - os que estão aqui neste dia e todos aqueles e aquelas que aqui trabalharam neste período - assim como aos colegas da OIT da Região e da Sede em Genebra que tanto contribuíram com o nosso trabalho. Nunca me cansarei de dizer que tudo o que fizemos neste período, e sobre o qual falarei um pouco esta tarde, é resultado de um **trabalho coletivo**, onde a participação de todos/as e cada um/a de vocês foi e tem sido fundamental. E continuará sendo. Muito obrigada;
5. Gostaria, por fim, de agradecer à minha família, que me acompanhou e apoiou durante todo esse tempo: minha mãe, Zilah Abramo; meu marido, Alvaro Diaz; minha filha, Laura e meu filho Gabriel; meu irmão Mario e minhas irmãs Helena, Bia e Marta e Silvana;
6. Este é, sem dúvida, um dia muito especial para mim, marcado por sentimentos contraditórios. Alegria, por poder comemorar mais de 11 anos de trabalho no Escritório da OIT no Brasil, 10 dos quais como sua Diretora. E tristeza, por saber que esse ciclo está se encerrando;
7. Como funcionária da OIT e como brasileira, foi um enorme privilégio ter tido essa oportunidade. Foram anos extraordinários, em que o país avançou enormemente, como todos sabemos, em áreas fundamentais.
 - **Na redução da pobreza e da desigualdade social.** E aqui cumprimento novamente a Ministra Teresa Campello pelo seu extraordinário trabalho à frente do MDS e peço licença para estender esse agradecimento a toda à equipe desse Ministério.
 - **Na diminuição do desemprego e no aumento da formalização do trabalho e da renda dos trabalhadores e trabalhadoras. Na prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho em condições análogas à escravidão.** Cumprimento outra vez o Ministro Manoel Dias e toda a equipe do MTE; o Secretário da Inspeção do Trabalho, Paulo Sergio Almeida, e todos os auditores e auditoras fiscais do trabalho; novamente a equipe do MDS; o Procurador Geral do Trabalho, Luiz Antônio Camargo, e todos os membros do MPT e da Justiça do Trabalho; a Secretaria dos Direitos Humanos; os membros da CONATRAE, da CONAETI, do Forum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, do CONANDA, da Polícia Rodoviária Federal e todos aqueles e aquelas que têm dedicado seus melhores esforços e capacidades para prevenir e erradicar definitivamente do Brasil essas formas inaceitáveis de trabalho e que constituem a antítese mais clara da noção do trabalho decente.

- **Na atenção ao tema da melhoria da educação e do acesso dos e das jovens a oportunidades de trabalho decente.**
 - **Na promoção de políticas de promoção da igualdade e combate à discriminação** em suas diversas dimensões (gênero, raça e etnia, orientação sexual, pessoas vivendo com HIV/Aids e pessoas com deficiência). Cumprimento uma vez mais essas duas mulheres, valentes e guerreiras, ministras Eleonora Menicucci e Nilma Gomes, por sua gestão frente à SPM e à SEPPIR, e, mais que isso, por toda uma vida dedicada à causa da igualdade de gênero e raça e ao combate à discriminação.
 - **No avanço da negociação coletiva e na instituição de importantes mecanismos e processos de consulta pública, diálogo e participação social;** queridos amigos e amigas dirigentes sindicais e representantes das confederações de empregadores: sua atuação tem sido fundamental para que esse processo avance e que para, através dele, possamos encontrar as melhores soluções para os temas do mundo do trabalho.
8. Foram, em suma, anos de formulação e implementação de políticas e programas na esfera pública que, sem dúvida, fizeram o país avançar significativamente na direção do respeito aos direitos humanos e aos direitos no trabalho, de um país socialmente mais justo, mais democrático e inclusivo; é fundamental ressaltar que para isso foi, e continua sendo chave contar com a presença ativa e constante das organizações de empregadores e trabalhadores e da sociedade civil em geral, expressando suas demandas e perspectivas e dando vida aos mecanismos de controle social, que constituem um dos aspectos mais ricos e notáveis da experiência brasileira recente.
9. A Organização Internacional do Trabalho está prestes a celebrar seus 100 anos. Ela foi criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes, que pôs fim à I Guerra Mundial. Seus valores originários permanecem extremamente atuais e continuam guiando a nossa atuação. Gostaria de lembrá-los nesta tarde: a justiça social é condição para a paz duradoura e universal; a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; o trabalho não é uma mercadoria: é uma das mais poderosas vias de inclusão social, autonomia, dignidade e distribuição dos frutos do crescimento econômico.
10. Porém, não é qualquer trabalho que encerra essas possibilidades. Por isso, em 1999, a OIT formalizou o conceito de Trabalho Decente como uma síntese de sua missão histórica de promover oportunidades para que homens e mulheres obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidades humanas; em 2007, a Conferência Internacional do Trabalho adotou uma resolução sobre as empresas sustentáveis, que afirma que, sem empresas

sustentáveis não há trabalho decente, e sem trabalho decente não há empresas sustentáveis;

11. É importante assinalar que a ideia de que o trabalho deve ser a via de acesso a uma vida digna, que está no centro da noção de trabalho decente, é, sem dúvida, muito anterior à formalização dessa noção pela OIT em 1999. Com efeito, ela está no centro da agenda civilizatória do final do século XIX e começo do século XX, que caracterizou a conformação do movimento sindical no âmbito internacional, assim como o surgimento das legislações trabalhistas de muitos países, e a própria criação da OIT.
12. No Brasil, a ideia da possibilidade de *obter uma vida digna a partir e mediante o trabalho* também esteve no centro do processo de ressurgimento do movimento sindical no final dos anos 70 e começo dos anos 80 do século passado, após o prolongado processo de desarticulação e silêncio imposto pela ditadura militar inaugurada em 1964. Esse movimento marcou a reentrada dos trabalhadores e suas organizações como sujeitos coletivos na cena trabalhista e política no contexto da luta pela redemocratização do país. Dessa forma, contribuiu substancialmente para a ampliação dos estreitos limites dos processos de “distensão” e “abertura” controladas que até então predominavam no cenário político, neles introduzindo a questão social, que, a partir desse momento, não pode mais deixar de ser, de uma forma ou de outra, considerada.
13. A noção de Trabalho Decente está, assim, estreitamente vinculada à noção da dignidade no trabalho. Ela integra as dimensões quantitativa e qualitativa do emprego. Propõe não apenas medidas de geração de postos de trabalho e de enfrentamento do desemprego, mas também de superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente para que os indivíduos e suas famílias superem a situação de pobreza ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras ou degradantes. Afirma a necessidade de que o emprego esteja também associado à proteção social e aos direitos do trabalho, entre eles os de representação, associação, organização sindical e negociação coletiva.
14. Trata-se, portanto, de um conceito multidimensional, que acrescenta, à dimensão econômica representada pelo conceito de um emprego de qualidade, novas dimensões de caráter normativo, de segurança, de participação e representação.
15. É uma noção que pode variar no tempo e no espaço; que tem um patamar básico, representado pelos direitos fundamentais no trabalho, mas não um teto; e que deve evoluir em compasso com a evolução da sociedade, ou seja, com o que é considerado, em cada contexto histórico, como justo, razoável, adequado. Porém, e nunca será demais repetir, **em todos os tempos, e para todas as pessoas, o trabalho decente se refere à dignidade humana.**

16. Mas também é necessário assinalar que, mais que um conceito, o trabalho decente é um paradigma que aponta para uma estratégia de ação. Daí vem a noção de uma *agenda de trabalho decente*, que surge, historicamente, como uma proposta da OIT para enfrentar a *crise mundial do emprego*, que é anterior à eclosão da crise financeira internacional de 2008. Uma crise que, por sua vez, foi fruto de uma globalização inequitativa¹ e que se manifestava, inclusive em um período de razoável crescimento econômico, não apenas na existência de quase 200 milhões de pessoas desempregadas no mundo, mas no fato de que, além disso, a metade de todas as pessoas ocupadas (ou seja, que tinham um trabalho) vivia com menos de US\$ 2 por dia (e portanto era pobre), e 20% (1/5) delas vivia com menos de US\$ 1,25 por dia e, portanto, era extremamente pobre.
17. Esse era um momento também de auge do Consenso de Washington e em que predominavam, no âmbito internacional, as ideias relacionadas ao fim do trabalho e dos sujeitos coletivos a ele associados. Um momento em que era vista como quase inevitável a diminuição ou a desaparecimento progressiva do trabalho formal, protegido, estável, regulado, devido tanto ao processo de desenvolvimento tecnológico, que produzia um desemprego estrutural, como à globalização que, ao acirrar a competitividade entre as empresas e os países, tornaria necessário e inevitável reduzir os custos do trabalho como parte dos custos da produção.
18. Nesse contexto, a finalidade básica da Agenda Global de Trabalho Decente proposta pela OIT era afirmar o direito ao trabalho e sua centralidade para o objetivo global de erradicação da pobreza e da extrema pobreza e para as estratégias de crescimento e desenvolvimento econômico no âmbito internacional, regional e nacional;
19. O que é notável observar é que, em pouco mais de uma década – e em um período que foi também marcado pela eclosão da mais grave crise econômica internacional desde a crise de 1929 -, essa proposta tornou-se um compromisso e um objetivo compartilhados por governos, organizações de empregadores e trabalhadores em muitos países do mundo, além do Sistema ONU e diversas instâncias e mecanismos internacionais e de integração regional e sub-regional;
20. **Nesse contexto, a experiência do Brasil se destaca fortemente.** O compromisso do país com a promoção da Agenda de Trabalho Decente foi formalizado entre o Presidente da República e o Diretor Geral da OIT em 2003 e, dessa data até hoje, os avanços têm sido muito relevantes. A Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD) foi lançada em 2006. Em 2007 inicia-se, no Estado da Bahia, a experiência pioneira de construção de uma agenda subnacional de trabalho decente (a Agenda Bahia do Trabalho Decente), que, nos anos seguintes, se consolidou e passou a ser

¹ Comissão sobre a Dimensão Social da Globalização: “o atual processo de globalização está produzindo resultados muito desiguais entre países e ao interior de cada um deles (...) essas desigualdades globais são inaceitáveis do ponto de vista moral e insustentáveis do ponto de vista político” (OIT, 2005)

uma referência nacional e internacional para a elaboração de agendas similares em diversos estados e municípios. Não posso deixar neste momento de fazer menção e agradecer o compromisso, a amizade e a parceria de Nilton Vasconcelos, Secretário do Trabalho, Renda e Esportes do Estado da Bahia entre 2007 e 2014 e Valdiney Arruda, ex Superintendente do Trabalho e Emprego e atual Secretário do Trabalho do Estado do Mato Grosso, que inauguraram e tanto contribuíram a esse fantástico trabalho.

21. O debate e as instâncias tripartites em torno ao tema fortaleceram-se e deram origem a um Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, lançado em 2010 como instrumento de implementação da Agenda Nacional, com metas e indicadores para 2011 e 2015 e um mecanismo de monitoramento que está em pleno desenvolvimento.
22. Em 2011 foi lançada a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, com uma visão articulada e totalmente consensuada através do diálogo social. Minha gratidão a todos os membros do Subcomitê da Juventude, ao Secretário e à Secretária Adjunta da Secretaria Nacional da Juventude, Gabriel Medina e Ângela Guimarães e ao Flavio ..do MTE que, com seu compromisso, tem levado à frente esse extraordinário processo de diálogo social. Fico esperando ansiosamente o convite para estar presente ao lançamento, em breve, do Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.
23. O Comitê Executivo Interministerial da Agenda Nacional de Trabalho Decente, instituído por Decreto Presidencial em junho de 2009, consolidou-se como instância de debate e definição de diretrizes, fortalecendo-se com a criação de diversos subcomitês (da juventude, igualdade racial, igualdade de gênero, pessoas com deficiência e trabalho decente em grandes eventos).
24. A decisão política de convocar uma Conferência Nacional de Trabalho Decente, como decorrência desse processo de ampliação do debate e de *pactuação progressiva* em torno ao tema - e como parte da proposta do Governo Federal de instituir amplos mecanismos de consulta e participação nas mais diversas áreas das políticas públicas - representou uma *mudança de escala* nessa trajetória. Apesar dos desafios que envolveram a sua realização, seu resultado final foi uma significativa ampliação do debate no país, tanto em termos das dimensões do trabalho decente que foram consideradas, quanto dos atores e territórios envolvidos. Entre seus resultados se podem computar um fortalecimento do tripartismo e do compromisso com a construção de agendas estaduais e municipais de trabalho decente. Meu muito obrigada ao meu amigo e companheiro de tantas batalhas, Mario Barbosa, a todos os membros da Comissão Organizadora Nacional da Conferência e ao FONSET pelo privilégio de ter compartilhado com vocês essa extraordinária caminhada.

25. Em suma, o que eu gostaria de destacar nesta ocasião, é o fato de que a experiência de promoção do trabalho decente no Brasil é muito marcante, pelas seguintes razões.
26. Em primeiro lugar, pelo grau de *compromisso* demonstrado pelos constituintes tripartites da OIT no país – assim como por importantes parceiros de outras instâncias do Estado e organizações da sociedade civil - com a Agenda do Trabalho Decente, e pelo apoio institucional, político, programático e financeiro aos valores e missão da OIT nesse período, inclusive em conjunturas muito difíceis, como a da eclosão e persistência da crise econômica internacional.
27. Em segundo lugar, pelo *grau de apropriação* da Agenda do Trabalho Decente evidenciado pelo Brasil. Há muito tempo que essa agenda deixou de ser algo da OIT e passou a ser uma proposta e um objetivo próprios do país e dos diversos atores e instituições do mundo do trabalho. Por essa razão o Brasil é, sem dúvida, uma das maiores evidências do *poder mobilizador de sujeitos e vontades coletivas* do conceito de Trabalho Decente e sua agenda.
28. Em terceiro lugar, pelo fato de aqui terem sido formuladas, gestadas e desenvolvidas *experiências inovadoras e pioneiras* em relação à promoção do trabalho decente, que abriram caminhos, tiveram resultados importantes para o Brasil e passaram a ser referência para outros países.
29. Entre elas podemos mencionar:
- a realização da I Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, o mais amplo processo de diálogo social em torno ao tema de que se tem notícia;
 - a construção e implementação de agendas subnacionais de trabalho decente, como forma de concretizar o compromisso com a promoção do trabalho decente e fazê-lo avançar, em diferentes realidades regionais e territoriais que constituem este imenso, diverso e heterogêneo país;
 - a construção, por consenso tripartite, de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, com uma visão articulada e integrada, que resgata a particularidade de um importantíssimo segmento da população que vivencia de forma singular os desafios para a construção de trajetórias de trabalho decente;
 - a produção de um sistema de indicadores de trabalho decente (no âmbito nacional, estadual e municipal) inédito, tanto em termos da sua abrangência quanto dos assuntos tratados, e que constitui uma contribuição significativa para o avanço da base de conhecimentos sobre o tema e para o apoio à formulação e implementação de políticas públicas de importância estratégica para o país;

- a constituição de um Programa de Parceria para a Cooperação Sul Sul em diversas áreas (prevenção e erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado, proteção social, inclusão produtiva, empregos verdes e desenvolvimento sustentável, migrações) que já beneficiou mais de uma dezena de países em desenvolvimento na América Latina e Caribe, África e Ásia (além de blocos subregionais como o Mercosul e os PALOP) e abriu caminhos para que esse tema fosse incorporado ao marco de programação e ao orçamento regular da OIT;
 - a experiência de promoção do trabalho decente nos grandes eventos, incluindo os esportivos, que se iniciou com a Copa do Mundo do ano passado, passou pelo Carnaval da Bahia neste ano e continuará nas Olimpíadas de 2016.
30. Gostaria de terminar essa fala mencionando o fato de que vivemos hoje uma conjuntura complexa e com dificuldades de várias ordens no país e na América Latina. Tenho certeza que o Brasil conseguirá superá-la, sem colocar em risco as conquistas dos últimos anos. O governo, e os demais atores do mundo do trabalho tem um papel central nesse processo: continuar afirmando, através de suas vozes, organização e representação, e do diálogo social construtivo e propositivo, os valores fundamentais do combate sem tréguas à pobreza, à desigualdade social e às formas inaceitáveis de trabalho; a importância do trabalho como fonte de dignidade e cidadania e como eixo das estratégias de desenvolvimento; a justiça social, e a defesa intransigente da democracia e dos direitos humanos, sempre.
31. No próximo dia 4 de abril deixo meu cargo como diretora do Escritório da OIT no Brasil e, no dia seguinte, assumo a direção da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL. Como tenho dito nos últimos dias, para mim muda a trincheira, mas os valores e o compromisso com as nossas causas comuns permanecem. Minhas novas atribuições envolverão o conjunto da América Latina e do Caribe. Mas o Brasil, continuará sempre, evidentemente, no centro das minhas preocupações, inspiração e compromisso.
32. Concluo minhas palavras agradecendo uma vez mais, do fundo do meu coração, a parceria, a confiança, a amizade e o carinho de todos/as vocês. As pessoas passam, mas as instituições permanecem. Tenho certeza que os meus colegas da OIT continuarão o trabalho e o desenvolverão em novas frentes e através de novas e criativas formas de atuação. As relações de trabalho podem se modificar, mas o caminho percorrido conjuntamente, os ensinamentos de todas as ordens que tive o prazer e a honra de receber de todos vocês nesse período, assim como os afetos, permanecem. E isso é o mais importante. Muito obrigada.